

WILSON CANO

|| POR RICARDO ISMAEL, JOSÉ CARLOS BRAGA E ROSA FREIRE DA GUJAR

O Instituto de Economia da Unicamp foi o ponto de encontro para a entrevista com o professor Wilson Cano, que lá nos esperava na sua sala de trabalho. Diligentemente haveria lugar mais apropriado. Ele foi um dos idealizadores do Instituto de Economia, no qual tornou-se professor titular e uma de suas principais referências para estudantes e pesquisadores do Brasil e do exterior. Como professor colaborador ainda na mesma instituição, continua pesquisando e refletindo sobre o estágio recente da economia brasileira e mundial, para a satisfação de seus inúmeros admiradores.

Ao longo da entrevista, Wilson Cano demonstrou sua disposição e vocação para o debate público. Com raciocínio rápido e hábil em seus argumentos, respondeu com clareza e objetividade às perguntas dos interlocutores, sem perder nunca a oportunidade de defender sua interpretação sobre as escolhas feitas, ou que deveriam ser feitas pelo país.

Para as novas gerações é importante dizer que o entrevistado é autor de diversos livros de referência no campo da Economia Política, tais como: "Raízes da Concentração Industrial em São Paulo", "Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil 1930-1970", "Introdução à Economia" e, mais recentemente, "Desconcentração Produtiva

Regional do Brasil: 1970-2005". Sucessivas gerações de economistas assistiram suas aulas e conferências ou procuraram ler seus livros. Sem diminuir a importância de suas análises para os estudantes de economia, convém lembrar que o professor Wilson Cano tornou-se uma referência para muitos economistas das regiões menos desenvolvidas. A temática das desigualdades regionais no Brasil nem sempre recebeu a devida atenção das principais universidades localizadas no estado de São Paulo. Isso mudou com o trabalho de seu grupo de pesquisa no Instituto de Economia da Unicamp.

Nesta entrevista, Wilson Cano falou de sua escolha pela economia, muito influenciada pela agenda do governo Juscelino Kubitschek, e principalmente pelo "trabalho e as ideias de Celso Furtado". Refletiu sobre o impacto das mudanças trazidas pela economia chinesa e analisou o modelo de desenvolvimento implantado a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva e os desafios que deverão ser enfrentados pelo governo Dilma Rousseff. Em fim, não se furtou em dividir com o leitor suas convicções e preocupações, sempre norteadas pela defesa do interesse da economia nacional, da justiça social e da democracia.

292-308 >>



|| FOTO ANTONINHO PEREIRA

RICARDO ISMAEL. Em que contexto histórico se deu sua escolha pelos estudos da economia?

WILSON CANO. Quando estava me aproximando da idade de fazer um curso superior, por volta de 1956-57, vivi um momento muito rico que foi o final do Programa de Metas, do governo Juscelino Kubitschek, quando o país conheceu uma efervescência política, indícios promissores, mas também contestações dos movimentos sociais, reivindicações de estudantes, de operários, a questão agrária. Nesse momento o trabalho e as ideias de Celso Furtado estavam muito em evidência, e eu acompanhava tudo aquilo, preocupava-me com os debates sobre a industrialização, a modernização do país, a urbanização. Em função de tudo isso me encaminhei para a economia, que refletia o que eu estava sentindo. Não houve influência familiar nem de amigos. O fato é que o governo JK foi um dos momentos mais ricos na história brasileira.

RICARDO. Além de Celso Furtado, que outras influências teóricas apontaria na sua formação intelectual? Havia grandes nomes na economia, de um lado e de outro. Entre os que mais me tocaram e influenciaram, inquestionavelmente eu citaria Celso Furtado. Mas por algum tempo também tive uma aproximação e um convívio com Ignácio Rangel, homem de profunda inteligência e de um pensar um pouco diferenciado, muito interessante, um brasileiro de grande valor. Rangel era profundamente brasileiro. Ele e Furtado eram dois nacionalistas. Nosso convívio foi no sindicato patronal, onde trabalhei certa época. Convidei-o para uma palestra, porque os empresários estavam preocupados com a inflação. E de conversas que tive com Rangel sabia que ele estava estruturando um texto sobre inflação, que resultou no famoso livro Inflação brasileira.

ROSA FREIRE DA GUJAR. Qual era esse sindicato? Sindicato da Indústria Têxtil de São Paulo. Depois disso tive outra fase de convívio com Rangel, quando, no início dos anos 1970, estive alguns meses no Instituto de Economia da Unicamp, dando algumas aulas e pa-

lestras. Fiz o curso da Cepal no Rio de Janeiro, e mais tarde outro, em 1964, em Belo Horizonte, sobre programação industrial. Nesses cursos também me marcaram profundamente e Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa e o chileno Anibal Pinto, sendo os três da segunda geração da Cepal. Até hoje me lembro das aulas do Anibal Pinto, em que ele nos dizia coisas como: "Ah, vocês falam do câmbio, mas o que é o câmbio brasileiro: é o do café ou o da indústria automobilística?". Tinha enorme tirocínio para cursar as estruturas. Nessa época ele dirigia os cursos da Cepal no Brasil. Mais tarde veio a crise da Cepal no Rio, quando Robert Campos, ministro do governo militar, resolveu fechá-la. Nesse momento eu deveria ir para Santiago, onde me incorporaria ao staff da Cepal. Mas então surgiu uma oportunidade aqui em Campinas, onde se criaria este Instituto. Foi uma ruptura no processo: pensei que poderia passar aqui, não mais do que dois ou três anos, vir ajudar a montar o Instituto de Economia e depois ir para o Chile, mas a história foi outra.

JOSÉ CARLOS BRAGA. Já já estamos em 1968. Como você caracterizaria a escola que surge nesse momento aqui na Unicamp, uma escola de economia política que depois vai se desdobrando em outras vertentes? Qual era a sua visão inicial? Vim para cá em janeiro de 1968. Para ajudar a montar o embrião do Instituto de Economia. Eu estava na Cepal no Rio e dávamos cursos em todo o Brasil. Um deles, em 1965, em plena ditadura, foi, digamos, programa do "a pente-fino", aqui em São Paulo. Nele fui assistente e da cadeia de projetos. Lá no Rio já discutíamos, nós do escritório da Cepal, e inclusive com o Saturnino Braga, essa ideia de montar uma escola de economia, porque as que existiam no Brasil eram todas extremamente ortodoxas. Queríamos uma escola crítica. No curso de São Paulo conheci João Manuel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga Belluzzo, que eram alunos e se entusiasmaram com o curso da Cepal, e também com a ideia de uma escola crítica. Não foi difícil tentar juntar as ideias e elaborar o projeto. Orestes Zeferino Vaz

convideou então o pessoal de São Paulo a participar da montagem. E viemos três do Rio: o Ferdinando Figueiredo, o Robert Gamba e eu.

RICARDO. Como membro da equipe fundadora, que aspectos precursores considera mais relevantes no projeto inicial do Instituto de Economia da Unicamp? Convém não esquecer que o clima do momento gerou, inevitavelmente, e fatores positivos e negativos. O mais negativo, na época, era a censura: não podíamos pisar na casca da banana e cair, não podíamos levar tombo. Ao mesmo tempo, isso nos obrigou a uma disciplina muito rígida entre nós todos, e entre nós e os alunos, no momento dos cursos, das avaliações etc. Nós não brincamos em serviço, e conseguimos montar um programa de economia que era revolucionário. Revolucionário pelo seguinte: em primeiro

mundo. Não nos metíamos em nenhum órgão diretivo, justament e para evitar qualquer complicação. E fomos muito felizes. Acho que conseguimos de fato estruturar um ótimo curso de economia. E muito cedo montamos a primeira pós-graduação, em nível de mestrado em 1974 e de doutorado em 1978. E o mestrado foi uma revolução, porque era o único com programa crítico. Suas linhas de pesquisa eram, fundamentalmente, um reflexo de nosso entendimento. Entendíamos que deveríamos fazer um ajuste de contas com a história econômica do país, rever essa história sob vários pontos de vista, aprofundar os estudos de política econômica e de desenvolvimento econômico e, principalmente, conhecer a realidade brasileira. Para isso, era preciso aprofundar os estudos setoriais: o que é a industrialização brasileira, como ela se compõe, quais são seus proble-

"Conseguimos montar na Unicamp a primeira escola crítica de economia do Brasil, isso em plena ditadura."

lugar, era pluralista. Dávamos Marx com todas as letras, dávamos Keynes com todas as letras, Schumpeter, Kaldor etc. Juntamos quatro ou cinco grandes autores e tratávamos deles em pé de igualdade, em termos de importância, de relevância, em suma, ministávamos todos os assuntos. Em segundo lugar, conseguimos montar, sem exagero, a primeira escola crítica de economia do Brasil. Isso em plena ditadura. Quais foram as consequências imediatas? Causamos temores, ódios, ou simplesmente uma espécie de ojeriza em relação a nós e ao nosso programa. Tanto assim que em 1974, quando fomos ingressar na Anpec [Associação de Pós-Graduação em Economia], a Fundação Getúlio Vargas tentou impedir que entrássemos. E ela saiu! Depois retornou, alguns anos depois.

ROSA. E vocês entraram?

Sim, entramos. E, é claro, lá também adotamos uma postura extremamente cautelosa, cordial com todo

mas, o que é a política industrial, estudar a agricultura, a reforma agrária. Então, fomos abrindo frentes de investigações setoriais, algumas temáticas sobre distribuição de renda, a questão das finanças públicas. E para esse tipo de rede de pesquisas, fomos chamados e convidando algumas outras pessoas. Já a partir de 1970, nosso quadro começa a crescer um pouco.

RICARDO. O sr., especificamente, se interessava por qual linha de pesquisa? Eu montei nossos primeiros cursos, de Introdução à Economia (para o qual escrevi um texto que depois se tornaria um livro até hoje muito usado no país), e o curso de Economia Brasileira, e fiquei pesquisando a industrialização. E por uma necessidade objetiva de nossos programas, também acabei pesquisando e escrevendo sobre economia regional e urbana, editando vários artigos e livros.

RICARDO. Um "acidente de percurso" o levou à economia regional?

Sim, no sentido de que eu nunca tinha sido um economista regionalista. Mas por causa dos cursos regionais da Capal e de um curso que dei no Rio de Janeiro, na então Universidade do Estado da Guanabara, acabei me metendo com essa temática. Pensando melhor, não foi totalmente por acidente. Entendi que havia questões mal colocadas e que deviam ser submetidas a uma investigação. Por exemplo, a equivocada tese do "imperialismo paulista", que se baseava na ideia de que a desgraça do Nordeste era a feticção de São Paulo. Creio que fiz um esforço de pesquisa e consegui demonstrar que isso era uma grande bobagem, que não se tratava disso. Mostrei os fundamentos históricos da concentração industrial em São Paulo; como se dá o processo de integração do mercado nacional, algo de suma importância. Enfim, trabalhei no tema por causa dessa questão e acabei escrevendo três livros a respeito.² Escrevi esses três livros sobre a questão regional, mas escrevi sobre outros assuntos que, na verdade, me empolgam mais que a questão regional: a América Latina e o Brasil, por exemplo. Ainda, por necessidade de embasar melhor nossos programas de Políticas Sociais, que também nasciam em 1970-72, fiz um esforço para estudar a economia da urbanização, tema sobre o qual escrevi muitos artigos, alguns dos quais publiquei em recente livro.³

RICARDO. Que mudanças a seu ver houve na agenda da pós-graduação do Instituto de Economia da Unicamp se compararmos a da época inicial com a que se apresenta nos dias de hoje?

Houve várias mudanças. Em primeiro lugar, não digo que esgotávamos a agenda, porque nunca uma pós-graduação conseguiu, independentemente da qualidade da equipe docente, esgotar determinados assuntos, mas acho

que passamos o pente-fino nos temas mais gerais e, ao mesmo tempo, abrimos avenidas específicas de pesquisa para quem veio em seguida. A agenda era monumental, muito rica, até porque quem vem primeiro encontra muito o que fazer. Em segundo lugar, tínhamos, evidentemente, uma postura crítica diante da ditadura e diante da política econômica da ditadura, então também nos dedicamos a refletir sobre os caminhos que eles adotavam, procurando saber se não havia alternativas. Hoje, lamentavelmente, a agenda é bem diferente. As pessoas também são diferentes, é claro. O clima é de inteira liberdade, felizmente, e estamos vivendo numa democracia, mas é um clima tórrido e entorpecedor devido aos efeitos do neoliberalismo. A meu ver o neoliberalismo é uma nuvem de gás que entrou e contaminou muitas mentes. Poucas conseguem respirar um ar mais livre. Vemos isso nos alunos, em alguns professores mais jovens, e até nas outras escolas, porque nossa semente frutificou: formaram-se no Brasil alguns programas de pós-graduação que eram semelhantes aos nossos, escolas que também eram estruturalmente críticas, em que o pensamento não era exatamente igual mas era muito próximo a nós. Por exemplo, a economia da UFPA tinha uma proximidade muito grande, hoje tem menos, parece que houve um divórcio. Esse é o clima atual, um clima maldito, que contaminou a sociedade como um todo. É essa coisa da individualidade, do consumismo, do hedonismo, do pensamento liberal. Depois da queda do Muro de Berlim e da explosão do neoliberalismo, muita gente que até era de esquerda ficou sem rumo. Vejam o antigo PCB, hoje PPS, que acabou nos braços dos tucanos...

RICARDO. Na trajetória de consolidação do Instituto de Economia da Unicamp, houve um diálogo maior com instituições acadêmicas do exterior?

2. É uma trilogia: Países da concentração industrial em São Paulo, Campinas, IE/Unicamp, 2007, 5a. ed. (trate-se da tese doutoral, que abarca o período 1870-1929); Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, São Paulo, UNESP, 3a. ed., 2007; e Desconcentração produtiva regional do Brasil (1970-2005), São Paulo, UNESP, 2007.

3. Ensaio sobre a crise urbana do Brasil, Campinas, Unicamp, 2011.

Não especialmente. Tínhamos muito diálogo com a Capal, naturalmente. Com as universidades, eram mais contatos personalizados deste ou daquele professor do que uma política concreta que nos ligasse a uma escola estrangeira. Trouxemos professores muito interessantes para participar de seminários. Jan Robinson foi uma delas. Trouxemos o pessoal avançado da Itália, como o Sylos Labini. Também o austriaco Josef Stiehl. Com ele houve até um episódio engraçado. Ele queria conhecer uma tecnologia atarrada, não sabia o que era isso. Então um de nossos colegas o levou para conhecer uma olaria aqui perto, onde o barro era amassado por um burrinho que ficava preso. Ele chorou de emoção...

RICARDO. Tenho aqui comigo uma edição nova de sua tese de livre-doutorado, "Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil", que é de 1981. Além desse trabalho, que é uma referência obrigatória entre os estudiosos das desigualdades regionais no país, que outros o sr. destacaria como sua contribuição para o pensamento desenvolvimentista brasileiro?

Na verdade essa tese era para ser anterior à de doutorado, que eu ia começar exatamente com a Crise de 1929 em diante. Mas depois de pesquisar um bocado de história econômica, me dei conta de que tinha muitas coisas para pensar e discutir, sobretudo no período pré-1929, então fiz minha tese de doutorado referente a esse período. Depois veio essa, que consolida a discussão da formação do mercado nacional. Mas eu paro em 1970, porque aí as coisas já começam a mudar e vem uma história diferente. Sobre minha contribuição, acho que pensei bastante e a questão da formação do mercado nacional e do papel da política econômica do Estado. Isso não inovou, peguei fundamentamente Celso Furtado, o capítulo 32 da Formação econômica do Brasil, que é um capítulo maravilhoso. Depois, em 1972, li um artigo do cubano Carlos Manuel Peláez, que em plena ditadura veio para a Fundação Getúlio Vargas para tentar denegrir a clássica análise de Furtado sobre a Crise de 1929. Ele escreveu esse artigo em

1968, um artigo que foi muito badalado na imprensa e na academia, tentando destruir a interpretação de Furtado sobre a política de recuperação da Crise de 1929. Fiz uma crítica a Peláez sobre vários aspectos, principalmente sobre os erros de análise que ele cometeu. Creio que essa pode ser uma contribuição importante minha. Outra é a questão da formação e da integração do mercado nacional. Não que eu seja pioneiro nisso, pois até o próprio Vargas falou da necessidade de integração do mercado nacional, quando ainda era governador do Rio Grande do Sul. Outra contribuição é o problema da concentração industrial, que tentei desmistificar a partir dessa ideia do imperialismo de São Paulo em relação ao Nordeste.

ROSA. Tema tanto mais difícil na medida em que a questão regional não costuma sensibilizar os acadêmicos de São Paulo.

É muito raro aqui se pensar na questão regional. Os problemas do Nordeste não tocam os paulistas. Até chamo a atenção em meu livro para o fato de que foi a grande seca de 1957-58 que abriu os olhos dos paulistas para o problema nordestino. Devemos lembrar que a televisão brasileira estava começando. Então, pela primeira vez se pôde ver o pau de arara, o retirante fugindo da seca, andando a pé pelos caminhos, vindo para São Paulo. Aquilo chocou a opinião pública, os paulistas indagaram: "que negócio é esse?".

BRAGA. Você foi um dos brasileiros que olharam mais a fundo para a América Latina, porque o mais corrente era os brasileiros só olharem para os Estados Unidos, a Europa, a Ásia. Fez uma vastíssima pesquisa, que resultou no livro Soberania e política econômica na América Latina. Partindo da visão crítica que tem do caráter devastador do neoliberalismo na América Latina, denunciado no livro, qual é hoje sua percepção do continente? Essa pesquisa significou dois anos de trabalho intenso. Na verdade foi um pouco fruto de minha indignação diante da intromissão do neoliberalismo no Brasil, a partir do governo Collor. Achei que devia fazer alguma coisa, arregalou

as mangas e fui trabalhar pesado. Tratou de oito países, o Brasil e mais sete — então da América do Sul, mais México e Cuba. Naquele momento, o que vimos? Nada menos que os Estados Unidos puxarem o tapete de todo o continente, com aquela política de taxas de juros e da dívida. Hoje, evidentemente, a coisa não está tão escancarada como antes, e os governantes e as burocracias aprenderam alguma coisa. Mas se antes seria impossível, por uma crise mais severa ou uma atitude mais firme deste ou daquele país, alisar os rumos desse barco, hoje meu temor é muito maior. Por quê? Por uma razão que você conhece muito bem, você, que foi um dos pioneiros aqui em tratar da "financiarização". Com a dominância do capital financeiro, destruíram-se os elos antigos de solidariedade e de nacionalidade. A visão que se tinha antes era a do capital industrial, a de que o capital "progressista" faria alguma coisa. Hoje,

tem implicações sérias para a questão regional. Para enfrentar-lha havia um processo de integração do mercado nacional; São Paulo fundonava como a máquina com engrenagem maior, que ia emanando os efeitos de articulação regionais. Agora se está fragmentando cada vez mais a economia nacional, que vai perdendo os nexos. Com a desindustrialização, então, isso se torna ainda mais terrível.

RICARDO. O que o levou a estabelecer o corte temporal em 1970, quando realizou os estudos que resultaram no livro Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970, e mais recentemente na pesquisa intitulada "Desconcentração produtiva e urbanização regional do Brasil (1970-2010)"?

O ano de 1970 é um corte menos apropriado, pois deveria se estender até 1979-80. Depois, é a crise da dívida e o

que ocorre nos anos 1970? Em que pesem os problemas e a política econômica da ditadura, a década de 1970 é completamente atípica na história econômica do Brasil. A taxa de emprego urbano superou o crescimento da população, algo inédito no país. O emprego explodiu. Uma economia como a nossa, que tinha uma taxa de desemprego grande — ainda tem — que estava saindo da recessão dos anos 1962-67, entrou num período fantástico em que o PIB crescia a 11%. Assim, se olharmos a distribuição de renda pelos números relativos, ela piorou em relação ao que era antes. Mas se olharmos os absolutos, as oportunidades de emprego crescendo, a ascensão social, a diversificação na estrutura ocupacional urbana e industrial, há mudanças positivas, e creio que atenuaram o problema da própria distribuição de renda. Pior foi o agravamento da distribuição nos anos 1980, com o desemprego, o salário cadente, a ausência de oportunidades de ascensão. Então, são dois momentos muito diferenciados. Talvez seja por isso que a moçada cantou "Pra frente Brasil" em plena ditadura... é porque tinha emprego.

RICARDO. Os anos 1980 apontam para um período de problemas crescentes na economia brasileira, contrastando com as mudanças que se manifestavam na direção da redemocratização.

É um quadro sombrio, ofuscado, sem expectativa de nada, é a inflação. Foram nove anos terríveis de prostração. E de ruptura também, porque vem junto o declínio do Estado nacional em toda a América Latina. E deduzo por quê? Primeiro, porque financeiramente e os governos ficaram fortemente comprometidos com a dívida. Segundo, a fiscalidade também está altamente comprometida. Terceiro, os problemas se avolumaram sobretudo, com uma inflação galopante e para enfrentar, o que não é pouco. Antes crescia-se a 10%, 11%, agora, a 1%. E ainda estávamos na ditadura, apesar dos esforços para se transitar para a democracia. Os anos 1980 são um momento muito complicado na economia brasileira. Sem contar que estávamos sofrendo um dos piores crises da ditadura, que foi atropelar a política. Ao fazer

isso, ela liquidou várias lideranças que eram pessoas notáveis. Se olharmos o Congresso Nacional dos anos 1960, vemos que havia parlamentares extraordinários, tanto na direita como na esquerda, gente que pensava no país. Isso foi sendo triturado. Até que chegamos a Tancredo Neves, porque no fundo a ditadura não queria Ulysses Guimarães. E Tancredo se associa a quem? A José Sarney. Foi o paradoxo daquele momento, resultado de uma política consentida e negociada. Foi mais uma negociação nacional conciliadora e conservadora.

ROSA. Mas de lá para cá a seu ver não melhorou? A Nova República não conseguiu desmanchar a centralidade fiscal e financeira que a ditadura criou. Depois, a distribuição fiscal melhorou, graças à reforma que veio com a Constituição de 1988, mas o quadro não foi grandemente mudado. E essa centralidade é outra complicação. Porque quando o Estado vai bem, consegue ir atendendo, tomando iniciativas, investindo, e então todo mundo bate à sua porta, na expectativa de ser atendido. Mas quando o Estado está quebrado, todos se voltam contra o Estado, viram-lhe as costas. Dou um exemplo: a Sudene. Na época de Furtado, era um órgão ligado à Presidência da República, tinha recursos, Furtado gozava de status de ministro de Estado. As reuniões de seu conselho deliberativo contavam com a presença dos governadores de todos os estados. Depois, praticamente destruíram a Sudene, mesmo antes de fechá-la. O órgão passou para a órbita de um ministério, e os governadores não vão perder tempo com as reuniões do conselho porque sabem que lá não tem dinheiro. A instituição foi politicamente rebaixada e esvaziada.

ROSA. O desmonte da Sudene se repetiu em outras instituições. É de fato um problema mais geral, que vai ser muito difícil consertar. As grandes crises costumam ser um meio pelo qual se consertam coisas, se retomam caminhos. Mas nós não tivemos nenhuma grande crise. Minha expectativa, sinceramente, é de que a crise de 2008 fosse um pouco mais forte. Porque uma crise for-

“Oneoliberalismo é uma nuvem de gás que entrou e contaminou muitas mentes, poucas conseguem respirar um ar mais livre. Vemos isso nos alunos, em alguns professores mais jovens.”

o que aconteceu? A partir do momento em que o sujeito foi deslocando sua margem de lucro para o setor financeiro, ou seja, ganhando mais dinheiro com as aplicações no mercado financeiro do que com a fabricação de sapatos ou salgadinhos, perderam-se os elos da nacionalidade. Ele já não tem por que lutar por um Brasil melhor. Mais lhe importa o ganho no sistema financeiro, quanto mais, melhor. Então, para um governante fica extremamente difícil chamá-lo para conversar e convencê-lo de que precisamos fazer a industrialização, a infraestrutura etc. Os apoios serão frágeis. Costumo dizer para os meus alunos que o sujeito dorme sonhando que a taxa de juros vai cair e o câmbio vai desvalorizar, e no dia seguinte acordado querendo exatamente o contrário para ganhar mais dinheiro no mercado financeiro. É uma complicação infernal. Por melhores que sejam, os governos estão à ados pelas contingências externas — principalmente por terem ingressado e acoberto as regras da OMC, além das diretivas do Consenso de Washington — e por essa armadilha interna, que também

RICARDO. Como avalia as críticas dirigidas ao período desenvolvimentista, especialmente em relação à convivência do crescimento econômico com a concentração de renda?

Se olharmos a distribuição de renda não só de um ponto de vista ético mas de um ponto de vista material, o

te quebra laços de resistência, mas uma passageira não, ao contrário, acumula problemas. Destruíu-se o Estado nacional. É uma vergonha que o Estado nacional hoje seja obrigado a contratar uma empresa privada, que pertence a um pool de bancos, para fazer projetos de licitação. Ora, a partir de Vargas o país constituiu uma burocracia estatal. Quando Furtado montou a Sudene, organizou cursos da Capal para formar técnicos em desenvolvimento econômico, que ensinavam a fazer projetos. Essa preocupação com a capacitação parece ter acabado. Vive-se de mitos. A reforma administrativa feita na época do governo de Fernando Henrique inventou o cargo de gestor. Dá pena ver os gestores, eles não sabem coisas básicas.

RICARDO. Suas palavras parecem apontar para uma desconstrução, ou ao menos uma tendência de enfraquecimento do Estado nacional. Num país com as características do Brasil, qual deve ser o papel do Estado? Minha forma de ver o processo de desenvolvimento econômico é fundamentalmente histórica. E olhando a história, percebo pelo menos dois traços comuns a todos os países que se desenvolveram: todos, sem exceção, tiveram um Estado atuante e forte, que fez as transformações. Não raro se ouve que na Inglaterra antes agiu foi o mercado. É um equívoco. Duzentos anos antes do "mercado", Cromwell decapitou o rei, fez transformações e tirou as terras da Igreja. A presença do Estado atuante e foi e é um traço de todos os países que se desenvolveram, sem exceção nenhuma. O segundo traço é que o processo de desenvolvimento veio através da industrialização. Então, pretender hoje, como dizem muitos economistas, infelizmente, que o maior determinante do PIB se chama serviços? Isso é não entender o que é industrialização, nem, muito menos, desenvolvimento. Predissem entender que ela é germinadora de progresso técnico, ela é que passa para o restante e da economia o progresso técnico. É lamentável que até mesmo instituições sérias de pesquisa publiquem trabalhos sobre isso sem distinguir no setor industrial qual é a indústria de trans-

formação, porque quando falo em industrialização não estou falando de mineração, nem de construção civil, estou falando da indústria que é transformadora.

RICARDO. Segundo estudos do IBGE, a renda per capita do Nordeste ainda é menos da metade da média nacional. O Nordeste ainda encontra-se no patamar de 13,5% de participação relativa do PIB nacional, segundo os dados apresentados no documento "Quantas regionais do Brasil 2010" produzido pelo IBGE. Como avalia a permanência das dificuldades de desenvolvimento econômico do Nordeste, em comparação com outras regiões brasileiras? Bem, o Nordeste não nasceu ontem, não é mesmo? Sempre me lembro de uma expressão de Furtado. Não é literal, ele me diz no Formação econômica do Brasil e no Análise do "modelo" brasileiro mais ou menos o seguinte: "O Nordeste tem mais de 400 anos e suas estruturas são idênticas, não há mudança, e quando elas ocorrem, são mais aparentes que de fato". O Nordeste é um caso muito especial. Estou inteiramente de acordo com o programa que Furtado formulou em 1959 no quadro do GTDN [Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste]. Ele queria fazer uma reforma agrária, pegar uma importante parcela das terras dos usineiros para uma reforma agrária, e na restante injetar recursos de tecnologia porque havia 400 anos que eles plantavam os mesmos tocos de cana. Mas o plano foi abortado, só sobrou a industrialização. A industrialização numa região subdesenvolvida tem capacidade limitada de transformação. E a indústria no Nordeste é algo menor em relação ao conjunto da economia, na qual ainda pesa muito o agricultura atrasada. Está surgindo um segmento moderno, ainda pequeno. São as manchas de soja no Maranhão, Piauí, Bahia, mas o resto ainda é uma agricultura casada em região insípida, com muita gente. É complicado. Assim, as políticas que acabaram sendo as mais eficazes foram a do Bolsa Família e a do aumento do salário mínimo. O que isso mudou o quadro do semiárido, onde a população é muito pobre. Aquelas cidades ganharam vida urbana, gente

paupérrima conseguiu dar vida melhor para os filhos, os netos, porque agora ganha um salário mínimo que não ganhava, uma renda básica do Bolsa Família.

Mas o fato é que a industrialização difícilmente conseguiria em prazo curto reproduzir o processo de industrialização do Sul, a ponto de pesar na estrutura produtiva da região. E só se obtém bons resultados na renda per capita quando se moderniza o setor produtivo. Pois renda per capita envolve outras questões que são absolutamentes fundamentais, como a questão tributária. Nós temos uma das estruturas tributárias mais regressivas do mundo, a tributação que cai em cima do pobre é imensa. Se mudarmos isso conseguiremos mudanças importantes. A ditadura perdeu a oportunidade de pagar um pouco do excedente e jogar no social, não souberam aproveitar, ou não quiseram, não sei; porque excedente havia, principalmente o excedente exuberante nos anos 1970, que poderia ter sido alocado em saúde pública, educação, saneamento. Ao contrário, privatizaram a educação, e a saúde pública é o que se vê diariamente na televisão. Então, a renda per capita não vai mudar via industrialização. Não é por aí.

RICARDO. O Nordeste possui deficiências nas áreas de infraestrutura, de inovação tecnológica e de capital humano. Olhando o Nordeste nos próximos 10, 20 anos, como acha que a região poderá avançar do ponto de vista de maior competitividade, de fortalecimento de sua economia?

Se olharmos as estruturas industriais antigas, de 20, 30 anos atrás, e as de hoje, vemos que o Nordeste se modernizou bastante; vários segmentos produtivos são tão modernos, ou mais, que os de São Paulo. Mas não se pode instalar no Nordeste uma fábrica qualquer. Espacialmente falando, as indústrias se locomovem de acordo com certas regras econômicas. Você só força isso através de políticas artificiais, que alteram as estruturas locais, ou pela guerra fiscal. Aí se leva a Ford para a Bahia, a Fiat para Pernambuco. Elas vão fazer transformações locais? Sim, empregarão um número X de operações, com carteira assinada, salário provavelmente

maior que a média local; criarão alguns efeitos urbanos, mas não têm a capacidade de transformar as estruturas da região. Por exemplo, os políticos da região, aqueles que se sentam em Brasília, são os mesmos do passado, ou são os filhos e netos dos mesmos, tão pouco progressistas, ou francamente reacionários, como os anteriores. Portanto, as estruturas permanecem as mesmas.

ROSA. Tem pouca gente no governo pensando os problemas do Nordeste. Achem que o Bolsa Família e a política do salário mínimo estão resolvendo, então não se pensa num projeto maior para o Nordeste. Infelizmente, não tem mesmo. Estamos num momento de não pensar. Parece que pensar passou a ser uma coisa feia, não sei, a gente tem que pedir desculpas porque está pensando certos assuntos. Façam um desconto do meu pessimismo, mas acho que a academia hoje está pior que há trinta anos. Está mais individualizada, pensando no próprio umbigo, terrivelmente fragmentada. Politicamente, tem-se um aro mais concentrado no "centro". E em termos acadêmicos, tem-se a busca dos pontinhos para os órgãos de avaliação, da publicação na revista que vale mais pontos.

Enquanto isso, falta, sim, um plano de conjunto para o Nordeste. É a coisa da fragmentação, como falei acima. Temos Suape, por exemplo, porque o Lula é de Pernambuco, simpatisou com o projeto e disse "vou pôr dinheiro aqui". Mandou estaleiro para lá, Petróbras para lá. Mas foi por vontade do presidente, e não como fruto de uma política nacional de desenvolvimento regional. A soja no Maranhão, no Piauí e na Bahia é fruto do colossal aumento da demanda da China por produtos agrícolas, e a região se beneficiou, pois lá havia condições naturais, terra barata e uma produtividade razoável, e crédito público. Então foram para lá, como foram para Mato Grosso do Sul, para Rondônia.

BRAGA. O que nos falta é planejamento, não é mesmo? Sem dúvida, perdemos o rumo. O ministério que se chama de Planejamento, hoje é o ministério da contabilidade pública, do deve e do haver das contas públicas, mais

nada. O Ministério da Integração Nacional fez três belos documentos com planos de política para a Amazônia, o Nordeste, o Centro-Oeste. Chamaram-me para discutir. Eu sou um calma, conheço as pessoas que fizeram, são altamente competentes. Disse que os planos estavam ótimos, só que eram inexequíveis. Eles retrucaram: "Como assim, professor?". Expliquei então que Brasília é que faz a taxa de juros e a taxa de câmbio. Não adianta ter um grande plano na Sudene se ali ninguém manipula os juros, o crédito, a estrutura tributária. O mesmo com a política industrial. Quando fez, Fernando Henrique fez também, Lula fez uma ou duas. Tivemos nos últimos vinte e anos umas cinco políticas industriais interessantes. Mas, e daí? Como é que você segura o navio cheio de mercadoria chinesa no port? Não segura. Então, não tem jeito.

RICARDO. Falando de política industrial, o empresariado nacional mudou? Ah, mudou muito, estamos de fato lutando contra a maré. Mudou muito porque esta a maldita economia em que estamos vivendo também contamina os empresários, os destrói. Ela transforma empresário produtivo em rentier, porque chega o capital estrangeiro e diz: "Você tem que me vender a sua fábrica, senão eu o quebro lá fora", como fizeram com o José Mindlin. O Kasinski, que era grande empresário nacional, foi para a Zona Franca de Manaus e importava as peças de São Paulo. Então o câmbio mudou e passou a importar da China. Então o câmbio piorou e passou a importar o kit. Agora chegaram os chineses e compraram a montadora dele, e agora ele nem mais é montador de kit. Estive recentemente na Zona Franca de Manaus. Visitei a Honda e vi como tudo ali era up to date em matéria de tecnologia, tudo computadorizado, moderníssimo. Não tem nada de ferro-velho, nem pensar numa bobagem dessas, pelo contrário. Portanto, não é problema de competitividade, a máquina é a mesma. O problema é câmbio, é tarifa, é taxa de juros, é crédito. É permissão dos Estados Unidos para fazermos certas coisas, porque se eles não gostarem, dizem não no mercado internacional.

ROSA. É como se a guerra se passasse em outro campo de batalha onde é muito mais difícil lutar. Como sair dessa situação? Um entendimento em nível mundial seria factível? Aqui dentro, neste momento, não se tem uma coalizão política suficiente para sentar à mesa e tentar discutir esse quadro. Ninguém quer fazer isso. Antes de se pensar em um acordo internacional, em primeiro lugar deveríamos fazer uma reflexão nossa, interna. O governo do PT já vai para o décimo ano de mandato, está mais que na hora de refletir sobre o que será nossa indústria daqui a 10 anos. Agora mesmo deram 300 milhões para o Elke Batista fazer uma fábrica obsoleta de chips, mas ele já quebrou, então como é que essa fábrica vai sair? Nem essa sairá! A outra que fizeram no Rio Grande do Sul, e em torno da qual a imprensa fez um estardalhaço há um ano, é uma fábrica cujos equipamentos foram doados pela Motorola, equipamentos obsoletos da Motorola nos Estados Unidos. A grande vitória é que agora estão encapsulando chip? Ora, já fazíamos isso em 1985, na Telebrás!

RICARDO. Caso se mantenha esta tendência a que está se referindo, qual será o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho? Seremos competitivos apenas nas commodities? Olhe, a Inglaterra foi protelionista até 1830 e poucos. Depois se consolidou como uma potência financeira, como a máquina que faz ciência e tecnologia. Só aí virou liberal, no sentido do livre-comércio, pois era a condição sine qua non para continuar crescendo e se expandindo. Ou seja, o comércio internacional não pode ser feito entre desiguais. Os desiguais devem ter mecanismos de defesa e de controle. Quando o Brasil aderiu à OMC em 1994, vesti uma camisa de força, porque a OMC só permite que um país dance fora do ritmo por um prazo muito curto, diante de uma crise de balanço de pagamento, por exemplo, mas sempre algo passageiro. Estruturalmente, o país tem de se comportar de acordo com as regras, ou seja, tem de ser liberal. Mas como eu vou ser liberal com a minha estrutura? Vocês já viram para onde foi a nossa dívida externa? Quando o Lula fez todo aquele alarde de que pagou

poucas dezenas de milhões de dólares pela dívida com o FMI, devíamos 220 bilhões de dólares. Hoje a dívida está em 476 bilhões. Percebem? O passivo externo líquido brasileiro, naquela época, estava em torno de 20 e poucos bilhões de dólares. Hoje está em torno de 750 bilhões de dólares. Que bom que temos reservas de 370 bilhões! [Dados de setembro-outubro de 2013]. Mas se não tivéssemos nem isso, estaríamos numa situação muito pior. Só que isso é absolutamente insuficiente para resolver nossos problemas. Estamos vivendo de muito falso, muita pseudoanálise de que vai tudo bem. Não vai. Uma coisa que aprendi na Cepal, e principalmente com Furtado, é que as estruturas, em especial as mais complicadas, mudam vagarosamente, no longo prazo. Nós tínhamos mais de um terço do PIB que era gerado pela indústria da transformação. A desmontagem foi indo, indo, hoje são 13%. Estamos com a taxa de 1929: 13%.

ROSA. Dá para fazer uma análise do que foram os oito anos de governo Lula e o atual? Quais foram os lados bons e os menos bons? O Lula em si só vai mudar um pouco a trajetória no segundo mandato. O primeiro é uma continuidade da política macroeconômica anterior: câmbio valorizado e taxa de juros no céu. Ele e nós também—teve a sorte de mudança na situação do mercado internacional com a explosão da demanda das commodities, que permitiu ao país crescer. Das atitudes boas, eu destacaria três: o Bolsa Família, que não contava para 45 milhões de pessoas, o que não é pouco; o salário mínimo, pois precisava ter coragem para fazer esse reajustamento do mínimo; e, terceira coisa, a expansão do crédito do setor privado e o crédito especial aos trabalhadores. A participação do crédito ao setor privado em relação ao PIB brasileiro era de apenas 25%, nem em país africano era isso; hoje está em 50 e poucos por cento, e pode subir ainda mais. Deve-se perguntar se as famílias ainda têm capacidade de alongar o endividamento: isso é uma outra discussão. Mas essas três iniciativas foram muito boas. Quanto ao resto, o Lula continuou montado no mesmo cavalo, lamentavelmente, em vários planos. Abro um parêntese para dizer que ele teve uma oportuni-

dade única—nenhum outro governante a teve, salvo os presidentes da ditadura—de trocar muitos ministros do Supremo Tribunal Federal. Pôde trocar, se não me falha a memória, 8 ou 9. E a maior parte dessas substituições foram ruins. Simplesmente, está pagando caro por isso. Agora é que entraram 2 ou 3 melhores. E houve várias outras coisas assim. O que me surpreende, pois ele era cercado de assessores competentes, com visão crítica. Ninguém falava nada ao ouvido dele, meu Deus do céu? No segundo mandato ainda tentou fazer algumas coisas, sobretudo na política externa, mas não entrou preso à camisa de força. Enquanto você não conseguir manejar juros, dinheiro e crédito, não faz política econômica, ou faz a que é ordenada lá fora. Não estou dizendo que Lula foi incompetente por não fazer isso, mas ele devia ter tentado criar uma coalizão política para isso.

RICARDO. Falta-se muito que, a partir da crise de 2008, teria chegado o momento de um maior protagonismo dos BRICS—China, Índia, África do Sul, Brasil e Rússia. Acha que existe espaço nos próximos anos para uma maior participação desses países no PIB mundial, na nova ordem econômica internacional? A própria criação dessa sigla é complicada, porque são cinco países completamente diferentes. Eles têm em comum uma grande dimensão territorial. Mas as situações econômicas e políticas são muito diferenciadas. Então não há por que pensarmos num destino econômico em paralelo e associado. Os interesses nem sempre convergem. Podem ser convergentes no debate político na ONU.

BRAGA. Na diplomacia? Exato. A China precisava do voto do Brasil, que é um imenso mercado para ela, em todos os sentidos, não só para vender bugiganga, mas para comprar coisas de que ela precisa. E provavelmente a China vai passar a comprar de nós cada vez mais. Esse tipo de interesse existe, sem dúvida, mas sempre nisso como uma rede de desenvolvimento econômico associado é um pouco como pensar que a integração latino-americana levará o desenvolvimento econômico a todos os seus países. Poderá pro-

car uma acentuada melhora, beneficiar certas estruturas produtivas, pode até elevar a taxa de crescimento. Mas vamos devagar com o andar, porque são todos subdesenvolvidos. Se pegarmos todos os blocos de integração mundiais, todos os que são compostos por países subdesenvolvidos, veremos que o peso total do que comercializam entre si é algo que vai de 5% a 15% — só isso — do total de suas exportações. Se pegarmos o NAFTA, a ASEAN e a União Europeia, a cifra gira em torno de dois terços de seus comércio. Portanto, são duas dinâmicas completamente diferentes. E ainda assim, o Brasil precisaria de uma política mais audaciosa, para chamar a todos e propor outro tipo de enquadramento.

RICARDO. A China mudou o jogo da economia internacional. O Brasil está sendo impotente para redefinir suas relações comerciais na nova ordem global, de modo a assegurar seus interesses no médio e longo prazo?

As mudanças causadas pela China são enormes. Hoje, é o principal parceiro comercial da América Latina. Só que ela tem uma estrutura de pauta que é a estrutura de pauta da Inglaterra do século XIX: ela compra galinha, soja, trigo, arroz, feijão, minérios. E nos vende máquinas e equipamentos, meia soquete, games... E vão quebrar algumas de nossas indústrias. Quanto a redefinir a relação, o Brasil adotou as regras do jogo da OMC, portanto é obrigado a cumprir-las. Como eu disse, torci para que a crise fosse maior. Porque se fosse, quebraria muitas resistências e poderíamos pensar em abandonar certas regras da OMC, deturmando interesses que antes não se conseguiram costurar. Nesse sentido, a crise de 1929 foi o maior laboratório que se teve: os tenentes saíram para a rua e queriam liquidar todos os fazendeiros de café, em seu entender culpados pela desgraça nacional. Vargas era um positivista, que dizia que o orçamento devia ser equilibrado e que se recusava a dar crédito para a pecuária. Mas era muito inteligente e entendia que o mercado nacional precisava se integrar, pois o país era um arquipélago. Quando assume o poder, a conversa é outra. Abre a gaveta e vê que está vazia. Como era possível ser liberal com uma gaveta, a dos dóla-

res, vazia, e a outra entupida de dívidas? Não tem liberal que se sustente, todos acabam atropelados pela realidade. Tivemos a sorte de ter um estadista, como o México também, aliás. Mas precisa ter o estadista que tome as decisões rapidamente. Hoje em dia não se tem, todos estão jogando no financeiro.

ROSA. Como vai o Mercosul? Qual o seu futuro?

O Mercosul continua crescendo. Continua importando para o Brasil. É o nosso segundo mercado. E o Brasil tem com eles um território. O Brasil é o que vende mais manufaturados no Mercosul. A Argentina vende um pouco para nós também, mas o que o Brasil vende são, fundamentalmente, os manufaturados. Todos os países têm interesse comercial com o Brasil. E devem ter mesmo. Daí a ter a expectativa de se imaginar o Mercosul como mecanismo de desenvolvimento latino-americano, é outra história. Mas não sou pessimista em relação ao projeto. Temos um vasto território, recursos naturais de enorme riqueza, uma grande população, somos um país urbanizado. São coisas muito importantes. E temos uma estrutura industrial que pode ser dinamizada, mas não dinamizada nesse quadro. Ao contrário, nesse quadro ela vai piorar.

RICARDO. Os últimos anos foram marcados pelo avanço dos programas de transferência direta de renda, o aumento expressivo do salário mínimo, a expansão do crédito, consolidando um modelo de crescimento econômico muito baseado no consumo. Certamente existe um lado positivo, pois tudo isso sinaliza para um processo de inclusão social e de atendimento de parte das necessidades básicas da população de baixa renda. Qual é o próximo passo?

Esse modelo não se sustenta. Um país só cresce se investimento se estiver numa profunda recessão, ou numa depressão com capacidade ociosa. Era o Brasil de 1929, como Furtado mostrou de maneira translúcida. Quando não se está em recessão nem em depressão, a situação é diferente: é preciso acelerar a taxa de investimento, do contrário não se acelera a produção, é impossível. Pegue-se a equação da demanda efetiva, consumo das

famílias, consumo do governo, investimento (público e privado), e mais o comércio internacional. Pois bem, na história econômica brasileira do século XX o investimento

presário! Quando li o que ele ia fazer, logo pensei: é o novo Farquhar, esse é o Farquhar brasileiro. Peróval Farquhar foi um gringo do início do século XX, um maluco que che-

“O empresário foi ganhando mais dinheiro com as aplicações no mercado financeiro do que com a fabricação de sapatos ou salsichas, perderam-se os elos da nacionalidade. Ele já não tem por que lutar por um Brasil melhor.”

público sempre foi a variável estratégica, pois aqui estão as decisões do Estado sobre o que fazer, quanto fazer, para quem fazer. É ele que tem de coordenar o resto, dele é que vêm as diretrizes, o resto tem de ir em consonância com ele, tem de se ajustar a isso. Só que isso foi fortemente contestado, se não foi praticamente zerado. Portanto, se não se reativar a taxa de investimento não se dará nenhum destino ao país. A presidente Dilma fez das tripas, coragem e conseguiu aumentar um pouquinho a taxa, com algumas operações criativas de contabilidade junto ao Tesouro Nacional e ao BNDES, mas elas têm um limite, e um limite muito curto. Não é demais lembrar que o montante dos juros ocupa, no orçamento federal, nada menos do que 40% a 45%!

RICARDO. Não lhe parece que existe uma expectativa do governo federal de ampliação dos investimentos oriundos do setor privado, tendo em vista a aceleração dos leilões de concessões na área de infraestrutura, como rodovias etc.?

Eu duvido que essa mudança se dê, justamente pelo que estou falando e que os empresários também sabem de cor e salteado: o empresário precisa de determinadas expectativas para tomar decisões; se não tem o mínimo de segurança não põe dinheiro do bolso dele ao acaso. Para ter essas expectativas, precisa que o Estado as crie, dê a rota, o rumo. Não adianta apenas incentivar, subsidiar, dar crédito barato pelo BNDES. Isso beneficia alguns, é verdade. Às vezes até o benefício pode ser produtivo, gerar efeitos bons. Mas às vezes não, como foi o caso do Eike Batista. O que se dilapidou do dinheiro com esse em-

gou a ser dono do sistema ferroviário latino-americano. Não porque tivesse comprado todos os trens, mas porque construiu um castelo de cartas com jogadas financeiras. Como esse Eike, que tomou dinheiro dos trouxas, que compraram as ações dele na Bolsa de Valores.

RICARDO. Como é que se recupera a capacidade de investimento do setor público? Seria a partir de algum aumento da carga tributária?

A carga tributária já está relativamente alta, é um caminho muito difícil. Existe o processo do endividamento do Estado, no qual se deve pensar. Pode-se também repensar no uso do crédito internacional, sob outras condições e não sob as condições em aberto como está, jogando com derivativos. Os derivativos nos interessam? Quanto? Então, tem que haver uma disciplina, um controle sobre o capital externo. Só que para fazer essas coisas é preciso, no mínimo, pedir licença de alguns anos à OMC, a Basileia, ao FMI... Porque do contrário, um dia o telhado da casa cai e passa a chover dentro. E aí tem de mudar de casa ou refazer o telhado. Muitos economistas dizem que eu sou pessimista, que o investimento estava em 13% e subiu para 18%, 19%. O que é importante é saber qual a estrutura desse investimento, em que direção aumentou. Ou seja, quanto foi para a indústria de transformação? Quase nada. Foi para o agrobusiness, para mineração, para o financeiro, para o setor de serviços. Não é isso que empurra o PIB para cima.

RICARDO. Em sua produção acadêmica mais recente percebe-se a preocupação com a definição de um novo

projeto nacional de desenvolvimento. Quais seriam as suas principais diretrizes?

Um primeiro ponto é que o Brasil não pode competir de igual para igual com a China. Então, tem de alterar as regras do jogo das suas relações econômicas internacionais. Um segundo ponto é que precisamos recuperar os instrumentos de política econômica que nos permitam controlar o câmbio, controlar os juros, controlar as tarifas, o movimento do capital internacional. Se não fizermos isso, não faremos coisa nenhuma. Aí é possível pôr em execução um projeto nacional de desenvolvimento. Opais tem que ver, em seguida, quem serão seus sócios. Assim como o governo chamou o Cardou para lhe dar conselhos, terá de chamar pessoas capazes de assumir certos compromissos, com os quais deverão estar de acordo.

BRAGA. O empresariado nacional?

Sim, o empresariado nacional. Tem de chamar essa gente e convidá-la a participar de um projeto. Só que é preciso alterar as regras do jogo, pois sem quebrar os ovos não se fará nenhum omelete. E quebrar os ovos também é difícil, pois são grandes as complicações internas e externas. Por isso é que eu digo que sem uma crise mais profunda fica muito mais difícil, porque sempre se fica acreditando que amanhã se vai resolver o problema. Não vai. A doença vai aumentando, correndo cada vez mais o organismo. Heja vista o exemplo que dá a vocês: o Estado tem de contratar uma consultora privada para fazer licitação, o que é uma declaração de incompetência, de falência de um Estado que pretende ser desenvolvimentista e não sabe nem fazer um projeto. A agenda? Bem, a agenda tem que levar em conta os nossos trunfos. Temos algo altamente precioso e cobijado por todo mundo: o mercado interno. Precisamos cuidar disso. Como? Recuperando o controle sobre os setores externos da economia, do contrário o mercado interno deixa de ser nosso e passa a ser da China. Temos os problemas sociais, vamos enfrentá-los de vez. Temos de convencer os empresários de tudo isso. E não estou colocando absolutamente nada de novo aqui: há cinquenta anos Oscar Harshavsky, um economista da Cepal, fez todas as simulações da América Latina e

mostrou que se fazendo um modelo de desenvolvimento voltado para o mercado interno, e gastando uns poucos dólares em saúde, educação, saneamento básico, rede de esgoto etc., a taxa de crescimento de longo prazo do PIB chegava a 5%. O dólar era uma mercadoria extremamente rara, naquela época. Então, temos de desenvolver com ciência e tecnologia determinadas áreas para exportar bens de maior valor agregado, e não como hoje, bens de menor valor agregado. Quer dizer, tomara que continuemos a exportar galinhas, pois é isso que tem sustentado em parte os nossos gastos internacionais. Mas temos de pensar em outras coisas, mexer em alguns setores produtivos da indústria, atualizá-los, voltar a ter itens importantes na pauta de exportação. Paralelamente, cuidar do mercado interno, com habitação, saneamento básico, educação e saúde. Aí teremos uma grande melhora da distribuição de renda, e as pessoas poderão viver de seus salários. Devemos também pensar numa reforma tributária, enfrentar a guerra fiscal dos governadores. Não sou um sonhador. Tenho consciência de que tudo isso é um exercício de pensar, e de que para fazer tudo isso é preciso haver outras circunstâncias políticas que hoje em dia não temos. Amanhã, não sei.

ROSA. Até semanas antes de morrer Celso reelaborava o conceito de desenvolvimento, que ao longo de mais de meio século não parou de evoluir. Se nos anos 1940, na Cepal, a vertente de industrialização era muito forte, depois ele foi incorporando as dimensões social, cultural, ambiental etc., forjando um conceito muito amplo e global. Qual seria a sua definição do desenvolvimento? Há, de fato, inúmeros complementos à palavra. No desenvolvimento econômico tem-se um processo de crescimento de longa duração a uma taxa de crescimento a mais alta possível em relação à taxa demográfica. Esse esforço de desenvolvimento deve canalizar o excedente para os compartimentos realmente capazes de trazer as transformações objetivadas por quem — o núcleo governante, a elite pensante — pretendeu crescer e melhorar diversos aspectos, como o nível de saúde da população, o nível de educação, o de saneamento básico, o de habitação etc. Em suma, tem que haver uma orientação e

uma priorização da alocação do excedente. Assim é possível conseguir efetivamente transformações que atinjam os objetivos que foram fixados. Esse é um exercício permanente e que fazíamos no passado, na academia ou em instituições como a Cepal. Quando me refiro a “desenvolvimento econômico”, estou, evidentemente, falando do social. As melhorias das condições físicas e materiais devem se dar por meio da educação e da cultura, o que requer uma outa conotação política e social. A urbanização em si já traz no seu bojo uma ampliação dos anseios e das demandas políticas da população. Quando tiramos um homem do campo e o jogamos na cidade, ainda que como sergente e de pedreiro, a cabeça dele forçosamente muda, porque passa a envolver que, se fizer alguma pressão, pode ter um hospital para curar a doença do filho, uma escola para o filho estudar. Enfim, os valores mudam e os anseios crescem. Isso é extremamente positivo, porque esses anseios devem ser filtrados por partidos políticos, grupos, movimentos, para ser canalizados até as estruturas de poder. Então, isso tem que acompanhar necessariamente um processo de desenvolvimento.

ROSA. O que pensa desses grupos que, em certos países ricos, vêm pregando o “desdesenvolvimento”, sobretudo por causa do estrago ambiental inerente ao processo desenvolvimentista?

Acho que essa vai ser a grande discussão política internacional. Talvez ela se translate, por exemplo, do projeto nuclear iraniano para a questão da água, que é uma questão mundial. Se realmente o mundo continuar a produzir toda essa poluição — porque há controvérsias, até entre quem entende do assunto — chegará um momento em que esta será a agenda política internacional. Nem a do desenvolvimento econômico material a superará. E aí será um problema de grande dimensão, quem não pegou o bonde da história não saberá o que fazer.

RICARDO. Para um jovem economista que começa a trilhar os caminhos da universidade na área das ciências econômicas, que aspectos o sr. gostaria de sublinhar? Eu sempre chamo a atenção de meus alunos para o fato de

que a economia não é uma ciência. Ela tem a teorização, é claro, tem posturas científicas, normas técnicas de procedimento, mas essa teoria é uma construção, uma construção que decorre da visão de mundo, que os autores dos livros que estudamos tinham ou têm, em determinado momento. Então, há os que acreditam que é necessário ter uma justiça social, outros pensam que o mercado é que resolve; um não quer muito o Estado, o outro quer. Enfim, temos variações. Mas é possível segmentar todo esse âmbito em três ou quatro grandes correntes. O primeiro passo é entender o que cada uma pensa e detectar quais são os interesses implicitamente envolvidos nesta ou naquela composição teórica, do contrário você é incapaz de saber se alguém está dizendo a verdade, se é que existe a verdade. Como dizia Jean Robinson, “você precisa estudar economia, não para aprender economia mas para não serem enganados pelos economistas”. É disso que se trata. Do contrário, a gente fica sujeito a ouvir muita sandice por aí.

BRAGA. Como esse Projeto Ômega, que deseja transformar São Paulo numa grande praça financeira da América Latina, para uma abertura financeira ainda maior. É um projeto que está combinado com o outro, que visa a fazer uma espécie de Plano Real para a indústria: liberar comercialmente, com o suposto de que nossa competitividade se elevará com os investimentos produtivos que viriam.

Oia-se competitividade não apenas pelo número de voltas que a máquina dá, ou pelos metros de todo que são feitos por minuto. Como é que se formam o valor e o preço disso para se poder ter competitividade internacional? Isso passa necessariamente pelo câmbio e pelos juros, pelo financiamento. Então, que se induza nesses planos que o Brasil mudará o seu sistema financeiro e adotará o sistema chinês, com a taxa de juros, o controle cambial, o controle de movimento de capitais que a China faz! Estamos cada vez mais embaraçados porque os únicos que se defendem, um de maneira mais forte e os outros dois menos, foram China, Rússia e Índia. Só três países não abriram a conta de capital como os americanos queriam que abrissem. A Europa é outra conversa. Na Europa, tem que se ver o que

a Alemanha faz e a França faz, o raio de manobra de ambas, pois o resto tem de cantar no coral. Aqui, é o sistema financeiro que está querendo juros altos. Não tem nenhuma inflação ameaçadora que justifique esse movimento absurdo de taxa de juros que estão fazendo. E aí eu volto à pergunta: o que esses projetos significariam em termos de desenvolvimento econômico? Absolutamente nada. Vamos inventar em São Paulo uma super-City? E onde está a libra estérilina? E o dólar? Vamos ser praça financeira se não temos moeda? É muito o caradurismo.

BRAGA. Nem os chineses estão fazendo isso, porque sabem a confusão e a especulação que daria.

Uma pena que eu não guarde as bobagens que ouvi nesses trinta anos, mas uma delas foi a de que se criaria uma moeda única na América Latina. O que se escreveu de artigos favoráveis a isso, meu Deus! Outra era a coordenação das políticas macroeconômicas do Mercosul. Dois absurdos completos. Nem na União Europeia conseguem fazer isso. Agora, querem fazer para a América Latina? Eu costumo dizer que é uma desfaçatez, é uma desonestidade intelectual. Mas sobre os projetos acima, eu diria que esses economistas não são ingénios nem desinformados, sabem muito bem do que estão falando. Então, estão mentindo, mas com que objetivo? Quando um sujeito de certa expressão, conhecimento, nome na praça, fala essas coisas, é porque é a voz de determinados interesses. Nesse caso, quais? Interesses financeiros. Todo esse movimento mundial de derrubar tarifas, etc, foi para dar liberdade ao capital financeiro, porque do contrário a crise teria vindo muito antes e o mundo estaria muito diferente. Então, certos economistas devem estar de plantão, em defesa permanente desse conjunto de liberdades para o capital financeiro poder nadar e atravessar o lago. Essa é a minha opinião.

BRAGA. Considerando esse quadro, quais são seus projetos intelectuais no momento?

Estou dando um curso aqui. Mas mesmo neste Instituto de Economia, que foi uma casa que ajudei a construir, o clima já não é o mesmo de 30, 40 anos: os tempos são outros. Certas coisas que conversávamos e discutíamos com

a maior facilidade passaram a ser complicadas. Fui um dos pouquíssimos professores daqui que defendeu a ideia de que o país está sofrendo uma desindustrialização. Estê é só um exemplo, poderia dar outros. Então, quando me aposentei pedi para ficar apenas com esse curso de desenvolvimento econômico, que é algo de que gosto e que acho que sei fazer. É um curso muito pesado, com muitos alunos e muita aula extra, que não cabe nas 16 semanas do semestre letivo, e também fiquei com orientação de pesquisas e teses. Não ganho nada, mas tenho prazer em dar. É para a pós-graduação. Para tentar formar quadros para o desenvolvimento do país, principalmente para o magistério superior e para o setor público.

BRAGA. Em termos de participação pública?

Não me anima pensar no setor público. Nas poucas vezes que me chamam, eu vou, mas não sinto o ressonância, ou então falo e os sujeitos parecem que não estão entendendo nada, ou que está tudo certo. Estive recentemente na Zona Franca de Manaus e deixei o superintendente indignado, quando perguntei se não percebia o que estava acontecendo. Ele acha a Zona Franca de Manaus o suprasumo. Mas é a única zona franca do mundo que exporta para dentro, o que é uma aberração, uma anomalia. Durante todos esses anos —de 1967 para cá—aquilo já deveria ter sido reestruturado para ser realmente um nudeamento industrial capaz, mas entrou em processo de regressão, salvo uma ou outra planta que se integrou, como a Honda de motocicletas. A maioria passou a importar cada vez mais e mais insumos e matérias-primas. É pior, deslocou as compras para fornecedores externos, porque antes se tinha uma integração com São Paulo, supunhamos que 25% das matérias-primas vinham de São Paulo ou do Rio de Janeiro, agora vêm menos de 10%, e 45% vêm de fora. E ela também foi atingida pela desindustrialização, e pela competitividade chinesa, claro. A Zona Franca de Manaus é um escândalo, exporta só 3% do faturamento para fora, e assim mesmo é para o Mercosul. Vai exportar televisão para quem? Para a Ásia? Bem, chega de pessimismo, não é?

S